

ALTERAÇÃO DE REGRAS

ROMBO DA PREVIDÊNCIA SÓ VAI AUMENTAR

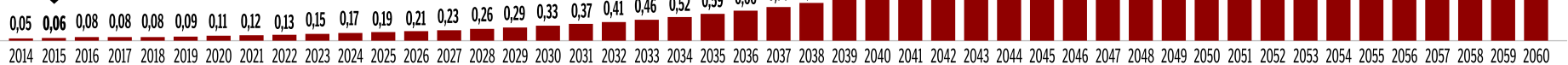
DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO

Gráfico mostra como o rombo na Previdência vai aumentar ao longo dos anos. Estimativas não consideram impactos do fator 85/95

■ Gastos em trilhões de R\$

Impacto no PIB

1,14% do PIB



A Gazeta | Editoria de Arte | Genildo

Novas regras vão trazer aumento explosivo do déficit

Até 2050, as despesas da Previdência vão dobrar. Pelo menos metade do impacto será por causa do fator 85/95



Além da fórmula, a emenda aprovada pela Câmara muda os cálculos do benefício integral

Em vez de excluir 20% dos piores salários dos cálculos,



nova regra retira das contas 30% das menores remunerações

Essa mudança vai ter impacto em todas as aposentadorias e também nas pensões

Quanto os gastos vão aumentar com o fator 85/95

2025 40 bilhões
2040 300 bilhões
2050 2,5 trilhões

9,24% do PIB

“Mudança na aposentadoria vai arrebeitar as contas públicas”

NICOLAS GOMES/BLOG DA PREVIDÊNCIA

A afirmação é do consultor legislativo da Câmara dos Deputados Leonardo Rolim

MIKAELLA CAMPOS
mikaella.campos@redgazeta.com.br

As mudanças nas regras da aposentadoria, aprovadas na última quarta-feira pela Câmara, vão apenas agravar a bolha fiscal em que se formou o déficit previdenciário. Como legado às futuras gerações, as normas, se entrarem em vigor, deixarão uma bomba de trilhões de reais que, ao explodir, levará o Brasil a um colapso financeiro semelhante ao vivido pela Grécia há três anos, segundo o consultor legislativo Leonardo Rolim, ex-secretário de políticas do Ministério da Previdência Social.

“Não há como negar que a mudança vai arrebeitar as contas públicas. A previdência já caminhava para uma instabilidade. O modelo votado nos levará à uma crise de proporções desastrosas”, diz.



Leonardo Rolim diz que contas da Previdência entrarão em colapso com novas regras

Estima-se que a flexibilização do fator previdenciário, com a criação da fórmula 85/95, terá impacto em uma década de R\$ 40 bilhões ao ano. Em 25 anos, a conta alcançará R\$ 300 bilhões. E até 2050, as alterações trarão sequelas de R\$ 2,5 trilhões.

A fórmula aprovada dá ao

aposentado proventos integrais se a soma da idade com o tempo de contribuição resultar em 85 para mulheres e em 95 para homens.

O problema é que, com as alterações na concessão da aposentadoria, a Câmara formalizou não apenas o fator 85/95, mas também a mudança na

maneira de contabilizar os salários aplicados na formação do benefício.

Hoje, o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) usa a média de 80% das maiores remunerações para definir as aposentadorias por tempo de contribuição, idade, invalidez e pensões. A emenda do deputado Ar-

naldo Faria de Sá (PTB-SP) exclui dos cálculos os 30% dos maiores salários.

O critério será responsável pela metade do rombo que as novas regras abrirão nas contas públicas, explica Rolim, que atua como consultor da Câmara.

Com anos de uma gestão questionável, os recursos da Previdência aos poucos vão se diluindo em meio à evolução assombrosa dos gastos com benefícios. Sem que qualquer alteração seja feita no modelo de concessões, o déficit, hoje em R\$ 50 bilhões, 1,1% do PIB, alcançará R\$ 7,21 trilhões em 2060 (9,24% do PIB).

“O fator 85/95 foi criado para os servidores como regra de transição. Não condiz com a realidade atual. Seria realmente necessário extinguir o fator previdenciário, pois este nunca funcionou como forma de retardar as aposentadorias. Mas o que o Congresso está fazendo vai só aumentar a despesa da Previdência”, explica.

EFEITO FATOR

“O INSS faz de conta que paga o aposentado. E o brasileiro finge que se aposenta. O benefício é só um complemento de renda de uma pessoa que virará escrava do crédito consignado”

LEONARDO ROLIM
CONSULTOR LEGISLATIVO

A solução, na visão do especialista, seria ampliar o tempo de contribuição. Uma proposta para reduzir o déficit da previdência seria a instituição do fator 100/105 ou ampliação do tempo de recolhimento para 40 anos, no caso das mulheres; e de 42 para os homens. Os dois modelos dariam às trabalhadoras leve vantagem como forma de compensar os salários menores e a dificuldade delas de comprovar contribuições por causa da informalidade.

Prejuízo do governo é de R\$ 4 bilhões

Embora o governo faça uma avaliação positiva da aprovação na Câmara das duas Medidas Provisórias do ajuste fiscal, as modificações promovidas pelos congressistas podem render uma perda de economia de quase R\$ 4 bilhões em 2015.

É o que apontam cálculos feitos pelo próprio governo e pela consultoria de Orçamento da Câmara.

Inicialmente, o governo esperava economizar aproximadamente R\$ 18 bilhões neste ano com as medidas, mas o valor poderá cair para algo em torno de R\$ 14 bilhões com as mudanças.

REDUÇÕES

A primeira Medida Provisória que foi votada, na semana passada, foi a 665, que tornou mais difícil o

acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial. Ela continha o grosso da economia que o governo planejava realizar com as MPs trabalhistas, cerca de R\$ 16 bilhões só em 2015.

Mas o texto que saiu da Câmara reduziu essa poupança entre R\$ 2,5 bilhões e R\$ 3 bilhões, segundo dados compilados pelo governo.

Dilma vai discutir corte nas contas

A presidente Dilma Rousseff convocou reunião, para este domingo, no Palácio da Alvorada, em Brasília, para discutir o corte no Orçamento da União que deve ser anunciado até o fim da próxima semana. O governo trabalha com redução de R\$ 70 bilhões.

OPINIÃO DE A GAZETA

Alteração irresponsável

O fator previdenciário pode não ser perfeito, mas é o que vem segurando o rombo do sistema previdenciário nacional, que hoje já supera os R\$ 60 bi. Se num momento de bonança afrouxar o fator já seria uma péssima medida, num momento de

ajuste, isso beira à insanidade. O país mudou, não suporta mais aposentadorias tão precoces. Os deputados federais que deram anuência a essas alterações fizeram populismo barato para os eleitores de hoje, mas viraram as costas para os de amanhã.